

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PALAVRA DA DIRETORIA

#### Senhoras e Senhores Acionistas

O ano de 2014 marcou o início de uma nova fase para a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), com sua estruturação para atuar com um novo modelo de gestão, que permitirá reforçar seus valores originais e criar uma cultura organizacional com mentalidade de inovação, buscando crescimento e comprometimento com altos padrões de segurança, qualidade dos serviços e sustentabilidade. Essas características são o alicerce do nosso projeto de Modernização da Gestão Portuária, que tem por objetivo conduzir a Companhia e o Porto de Santos na rota da nova identidade empresarial, estabelecida em 2014, rumo a excelência operacional, gerando benefícios sociais e retorno financeiro para seu custeio e investimentos. Dentro desse projeto estamos revisando e propondo melhoria dos processos portuários.

Compõem boa parte do trabalho desenvolvido neste ano, a definição e preparação das ações que garantirão a modernização da gestão portuária no âmbito corporativo e na logística integrada do setor. A elaboração do Plano Mestre do Porto é uma delas. Esse estudo envolverá a reavaliação das capacidades e projeções de demandas e considerará as perspectivas previstas no Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), essencial para elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZPS). Os estudos para identificação do perfil de navios que frequentarão o Complexo Portuário Santista, visando futuras dragagens, é outra iniciativa fundamental para o funcionamento eficiente do Porto.

A criação da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), buscando uma gestão integrada e a sinergia dos processos, serviços e contratos também é um passo importante nessa direção. Junta-se a essas iniciativas a implantação do sistema Cadeia Logística Portuária Inteligente (Portolog), que objetiva sincronizar a chegada dos navios e das cargas nos terminais, a programação e o credenciamento de veículos para uso racional e utilização da plena capacidade de acesso ao Porto.

No que diz respeito ao escoamento da safra ao longo de 2014, as ações de organização e agendamento dos veículos que acessaram o Porto de Santos evitaram a formação de congestionamentos e permitiram um menor tempo de estadia, reduzindo os custos logísticos do Brasil.

Convivendo com um novo marco regulatório, fizemos a revisão do Regulamento de Exploração do Porto de Santos, ajustando-o ao que estabelece a Lei 12.815/2013 e o Decreto 8.033/2013 e aprovamos o novo Estatuto da empresa, já adequado ao modelo padrão para todas as companhias docas.

Cabe destacar, também, as mudanças introduzidas no gerenciamento dos nossos recursos humanos. Foi um ano de grandes transformações, viabilizadas de forma tranquila, sem impactos negativos nos resultados da empresa, espelhando a maturidade do quadro de pessoal. Iniciamos os trabalhos para estruturação do plano de capacitação de nossos colaboradores, que vem sendo desenvolvido através de entrevistas em diferentes áreas da empresa, para identificação dos atuais perfis profissionais e daqueles considerados ideais, visando atuar de forma objetiva para ampliar as suas capacitações. Providenciamos, ainda, a revisão do Regulamento Interno de Pessoal (RIP) e mantivemos encontros semanais com nossos colaboradores, para ouvi-los e informá-los sobre o projeto de reestruturação da empresa.

No que se refere aos arrendamentos, formulamos a minuta para o estabelecimento dos contratos de transição, firmando dois deles, com a Transpetro e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

No início do ano esperávamos um crescimento expressivo na movimentação de cargas, em torno de 7,0%, que não se concretizou por conta de questões climáticas, cambiais e outros fatores conjunturais adversos. Esperávamos, também, um lucro líquido maior do que aquele que obtivemos, o que não ocorreu, basicamente, em decorrência da queda inesperada na movimentação de cargas.

Apesar de todas as dificuldades, acreditamos que nossa marca foi fortalecida, porque fomos capazes de evoluir, significativamente, nos aspectos de gestão e implementação de novas infraestruturas e tecnologias, que permitirão ao Porto atuar com eficiência e agilidade confirmando, mais uma vez, os acertos do nosso modelo de gestão. Apesar da queda na movimentação, em 2014 obtivemos a segunda maior marca na história do Porto de Santos, demonstrando mais uma vez a consistência nos resultados em cenário econômico adverso.

Para garantir a continuidade de nosso crescimento investimos, aproximadamente, R\$ 121,4 milhões, com recursos próprios e do Tesouro Nacional, no sistema viário das margens direita e esquerda do Porto, na recuperação de estruturas dos cais, na modernização da Usina Hidrelétrica de Itatinga e nas obras de alinhamento do cais de Outeirinhos. Outros R\$ 66,1 milhões foram aplicados para dragar um volume de sedimentos de 2,8 milhões m<sup>3</sup> nos berços de atracação, seus acessos e nos trechos 1, 2, 3 e 4 do canal de navegação, permitindo que elevássemos o calado do Porto para -13,2 metros, em, praticamente, toda a extensão do canal de navegação, marca esta nunca antes alcançada na história do Porto de Santos.

Esse resultado é fruto do trabalho que desenvolvemos, em conjunto com a Secretaria de Portos (SEP/PR), através de contratações rápidas e dragagens "cirúrgicas", objetivando não só manter, mas aumentar o calado para oferecer melhores condições operacionais a todos os terminais portuários. A maioria das contratações para a dragagem foi feita através de pregões eletrônicos.

Todo esse esforço tem rendido bons frutos. Neste ano, um total de 31 navios, com mais de 330 metros, fizeram 220 viagens para o Porto de Santos, decorrente do aprofundamento do canal de navegação, da homologação do novo calado operacional pela Autoridade Marítima e da oferta de terminais especializados. Nesse mesmo ano, cerca de 70 navios diferentes, medindo de 300 a 330 metros, fizeram 448 viagens para Santos.

Quanto às nossas contratações, procuramos viabilizá-las, preferencialmente, através de pregões eletrônicos que, devido à inversão de fases procedimentais e a disputa por meio de lances que possibilitam aos licitantes a redução dos preços ofertados, propiciam maior celeridade aos procedimentos, economia ao erário da empresa e a celebração de melhores negócios. Neste exercício, dos 45 certames licitatórios realizados, 34 foram através de pregões, envolvendo recursos da ordem de R\$ 84,1 milhões e gerando uma economia para a Codesp de R\$ 6,6 milhões (7,3%), tendo em vista o valor estimado para as contratações efetuadas.

Todo esse trabalho é fundamental para captação de novos mercados, geração de postos de trabalho e para o desenvolvimento regional. Um dos indicadores da importância econômica do Porto de Santos para a região é a geração de investimentos e tributos para os municípios que o abrigam. Nessa linha, o Governo Federal vem investindo, maciçamente, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na infraestrutura do Complexo Santista nos últimos anos, seja nos sistemas de acesso viário e aquaviário, como no reforço e alinhamento de berços de atracação.

No desenvolvimento sustentável, a Companhia atuou por meio de um conjunto de programas ambientais e desenvolvimento de projetos visando à qualidade e preservação do meio ambiente no transcorrer das atividades portuárias. Entre as principais iniciativas destacam-se a coleta e destinação dos resíduos sólidos, os licenciamentos ambientais das obras e a implementação dos programas ambientais decorrentes desses licenciamentos, remediação e fiscalização ambiental e o controle de vetores.

Todas essas ações mostram que realizamos muito em 2014 e em 2015, pautados pelo nosso plano estratégico, continuaremos construindo uma empresa melhor, mais ágil e eficiente, com espírito de equipe em todos os níveis. A maneira como a Codesp lida, hoje, com seus recursos financeiros, humanos e ambientais é primordial para que continue sendo uma empresa respeitada pela sociedade e pelo setor portuário.

A nossa avaliação é que os resultados obtidos em 2014 no desempenho econômico-financeiro e na movimentação de mercadorias, apesar de serem inferiores ao exercício anterior, foram satisfatórios, levando-se em conta a conjuntura econômica mundial e as dificuldades enfrentadas.

Ao longo de nossa história conquistamos expressiva liderança no setor portuário brasileiro e continuamos apostando no fortalecimento de nossa marca e crescimento nos mercados interno e internacional, confiantes no futuro e no nosso potencial. Esta liderança e o trabalho desenvolvido vêm sendo atestados pelo nosso *market share* e pela mídia. Um exemplo disso foi o destaque que a Codesp recebeu em edições especiais de importantes veículos de imprensa. Foi o caso da publicação "As melhores da Dinheira 2014", veiculada pela Editora Três, em setembro, que trouxe um ranking com as 1.000 maiores empresas do país que foram destaque em gestão financeira, governança corporativa, responsabilidade social, recursos humanos, inovação e qualidade. A publicação destacou o resultado financeiro da Companhia, apontada no levantamento como a 514ª colocada dentre as 1.000 maiores empresas do Brasil. A edição do "Valor 1000 - 2014", publicação especial do jornal Valor Econômico, que aponta as campeãs em 26 setores e 5 regiões do país, também destaca a Codesp no índice de "crescimento sustentável", indicador que mede a sustentabilidade do crescimento de uma empresa. No segmento Transportes e Logística, a empresa aparece em 8º lugar.

Por fim, devemos reconhecer que não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança do Governo Federal, em especial da Secretaria de Portos e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Marinha do Brasil, na figura da Capitania dos Portos de São Paulo, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dos órgãos anuentes - Receita Federal do Brasil, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), dos nossos órgãos colegiados, parceiros na atividade portuária, clientes, fornecedores e, especialmente, nossos colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de Negócios e Valores. Queremos, sinceramente, agradecer a todos e compartilhar o sucesso obtido.

Obs.: A Integra do Relatório da Administração, encontra-se disponível na homepage da CODESP no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/relatorio.php>

### BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2014	2013
<b>Circulante</b>		<b>162.750</b>	<b>385.194</b>	<b>Circulante</b>		<b>315.642</b>	<b>253.761</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	57.896	257.858	Salários, provisão e encargos sociais	15	50.672	59.106
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	55.704	64.519	Fornecedores e prestadores de serviços		31.215	23.462
Contas a receber de clientes, líquidas	7	34.275	39.118	Impostos e contribuições	16	17.986	19.892
Estoques		343	583	Empréstimos e financiamentos	17	2.212	2.242
Créditos tributários	8	9.353	16.006	Plano de pensão	19	53.383	47.610
Despesas antecipadas		1.199	1.428	Juros sobre capital próprio	24.3	5.143	34.000
Outros créditos		3.980	5.682	Adicional de tarifa portuária	20	6.476	59.591
				Obras efetuadas por arrendatários	21	16.343	-
				Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	118.249	-
				Outras obrigações		13.963	7.858
<b>Não Circulante</b>		<b>2.563.328</b>	<b>2.172.130</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>984.164</b>	<b>915.295</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.095.842</b>	<b>963.328</b>	Empréstimos e financiamentos	17	2.172	4.363
Contas a receber de clientes, líquidas	7	754.074	657.050	Plano de pensão	19	31.523	39.312
Valores a receber da União	9	6.476	5.556	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	210.273	307.149
Depósitos judiciais	11	87.891	78.730	Receita diferida	23	419.742	440.617
Bens destinados à alienação	10	3.055	3.055	Obras efetuadas por arrendatários	21	136.400	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.1	238.260	218.167	Créditos da União para Aumento de Capital	22	168.079	112.466
Outros créditos		6.086	770	Outras obrigações		15.975	11.388
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.426.272</b>	<b>1.388.268</b>
Investimentos		-	5	Capital social	24.1	1.347.074	1.126.307
Imobilizado	12	1.460.842	1.206.368	Reservas de lucros	24.2	79.198	261.961
Intangível	13	6.644	2.429				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.726.078</b>	<b>2.557.324</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.726.078</b>	<b>2.557.324</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais, exceto o lucro por lote de ações)

	Nota	2014	2013
Receita líquida	25	744.051	758.765
Custo dos serviços prestados	26	(408.507)	(326.309)
<b>Lucro bruto</b>		<b>335.544</b>	<b>432.456</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(272.536)</b>	<b>(231.479)</b>
Despesas administrativas e gerais	27	(167.271)	(143.592)
Outras receitas operacionais	29	31.200	34.500
Outras despesas operacionais	30	(136.465)	(122.387)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>63.008</b>	<b>200.977</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(23.836)</b>	<b>13.329</b>
Receitas financeiras	28	34.631	34.367
Despesas financeiras	28	(58.467)	(21.038)
<b>Lucro operacional</b>		<b>39.172</b>	<b>214.306</b>
Imposto de renda e Contribuição Social		<b>(17.510)</b>	<b>(63.490)</b>
Corrente	32.2	(37.603)	(61.542)
Diferido	32.2	20.093	(1.948)
Lucro antes da participação dos empregados		21.662	150.816
Participação dos empregados no lucro	31	-	(8.500)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>21.662</b>	<b>142.316</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>		<b>0,08</b>	<b>0,55</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
<b>SALDOS EM 31/12/2012</b>	<b>922.608</b>	<b>158.794</b>	<b>20.107</b>	<b>178.438</b>	<b>-</b>	<b>1.279.947</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	5	5
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	158.746	(158.746)	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	48	-	-	-	-	48
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital	-	13.470	-	-	-	13.470
Créditos da União para aumento de capital	-	98.948	-	-	-	98.948
Reclassificação, em 2014, para o passivo não circulante	-	(112.466)	-	-	-	(112.466)
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	44.905	-	-	(44.905)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142.316	142.316
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	-	-	7.116	-	(7.116)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	101.205	(101.205)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(34.000)	(34.000)
<b>SALDOS EM 31/12/2013</b>	<b>1.126.307</b>	<b>-</b>	<b>27.223</b>	<b>234.738</b>	<b>-</b>	<b>1.388.268</b>
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	21.480	-	-	-	-	21.480
Aumento de capital por acionistas minoritários	7	-	-	-	-	7
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	199.280	-	-	(199.280)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.662	21.662
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	-	-	1.083	-	(1.083)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	15.434	(15.434)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.145)	(5.145)
<b>SALDOS EM 31/12/2014</b>	<b>1.347.074</b>	<b>-</b>	<b>28.306</b>	<b>50.892</b>	<b>-</b>	<b>1.426.272</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa originados de atividades operacionais</b>		
Valores recebidos de clientes	689.633	704.071
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(205.588)	(153.127)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(257.752)	(204.495)
Valores pagos de encargos sociais	(69.694)	(56.547)
Valores pagos de contingências	(56.622)	(42.135)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(72.273)	(76.579)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(29.432)	(62.674)
Valores pagos de juros	(26.216)	(349)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(46.361)	34.124
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>(74.305)</b>	<b>142.289</b>
<b>Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(150.039)	(179.526)
Aquisição de intangível	(693)	(667)
Alienação de imobilizado	656	663
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>(150.076)</b>	<b>(179.530)</b>
<b>Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.251)	(2.153)
Recursos de acionistas	60.656	98.996
Juros sobre capital próprio pagos	(33.986)	(48.388)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos</b>	<b>24.419</b>	<b>48.455</b>
<b>Aumento (redução) nas disponibilidades</b>	<b>(199.962)</b>	<b>11.214</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes</b>	<b>257.858</b>	<b>246.644</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes</b>	<b>57.896</b>	<b>257.858</b>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes</b>	<b>(199.962)</b>	<b>11.214</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

	2014	2013
<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>808.887</b>	<b>793.365</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	424.009	427.587
Arrendamentos operacionais e aluguéis	428.271	430.163
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(43.393)	(62.473)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	-	(1.912)
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>	<b>(270.210)</b>	<b>(149.980)</b>
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(207.657)	(132.346)
Outros custos	(62.553)	(17.634)
<b>Valor adicionado bruto produzido pela entidade</b>	<b>538.677</b>	<b>643.385</b>
Depreciação e amortização	(33.712)	(30.138)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>504.965</b>	<b>613.247</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>34.631</b>	<b>34.368</b>
Receitas financeiras	34.631	34.367
Outras	-	1
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>539.596</b>	<b>647.615</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>539.596</b>	<b>647.615</b>
<b>Pessoal</b>	<b>297.673</b>	<b>276.621</b>
Remuneração direta	201.953	183.611
Benefícios	26.651	27.046
Benefícios pós-emprego	23.730	22.991
Participação no lucro	-	8.500
FGTS	15.859	14.204
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	27.323	18.495
Honorários da diretoria	2.157	1.774
<b>Tributos</b>	<b>150.675</b>	<b>198.390</b>
Federais	154.167	179.514
IRPJ e CSLL diferidos	(20.093)	1.948
Estaduais	4.521	4.887
Municipais	12.080	12.041
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>69.586</b>	<b>30.288</b>
Despesas financeiras	58.467	21.038
Aluguéis	11.119	9.250
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>21.662</b>	<b>142.316</b>
Juros sobre capital próprio propostos	5.145	34.

**BALANÇO SOCIAL**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(em milhares de reais)

	2014		2013			
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Receita líquida (RL)		744.051		758.765		
Resultado operacional (RO)		39.172		214.306		
Folha de pagamento bruta (FPB)		201.954		183.612		
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>						
		% sobre FPB	% sobre RL	% sobre RL		
Alimentação	12.976	6,43%	1,74%	1,80%		
Encargos sociais compulsórios	70.203	34,76%	9,44%	8,18%		
Previdência privada	15.599	7,72%	2,10%	1,93%		
Saúde	11.604	5,75%	1,56%	1,47%		
Segurança e medicina no trabalho	204	0,10%	0,03%	0,03%		
Capacitação e desenvolvimento profissional	607	0,30%	0,08%	0,07%		
Creches ou auxílio - creche	76	0,04%	0,01%	0,01%		
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	0,00%		
Transporte	1.191	0,59%	0,16%	0,21%		
Bolsa/estágio	1.334	0,66%	0,18%	0,17%		
Outros	1.202	0,60%	0,16%	0,29%		
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>114.996</b>	<b>56,94%</b>	<b>15,46%</b>	<b>15,28%</b>		
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>						
		% sobre RO	% sobre RL	% sobre RL		
Cultura	446	1,14%	0,06%	0,10%		
Esporte	100	0,26%	0,01%	0,01%		
Outros	450	1,15%	0,06%	0,06%		
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>996</b>	<b>2,54%</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,18%</b>		
Tributos (excetuados encargos sociais)	131.110	334,70%	17,62%	20,82%		
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>132.106</b>	<b>337,26%</b>	<b>17,75%</b>	<b>21,00%</b>		
<b>4 - Indicadores ambientais</b>						
		% sobre RO	% sobre RL	% sobre RL		
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	318	0,81%	0,04%	0,11%		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-		
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>318</b>	<b>0,81%</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,11%</b>		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%		
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período	1513			1.520		
Nº de admissões durante o período	22			91		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1028			1.001		
Nº de estagiários(as)	76			127		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	904			899		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	194			201		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,28%			13,72%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	65			67		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	13			13		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		<b>2014</b>		<b>Metas 2015</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração		26,62		ND		
Número total de acidentes de trabalho		7		4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e segue a OIT	
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 26 Na empresa 92,30%	No Procon - Na empresa -	Na justiça - Na justiça -	Na empresa - Na empresa -	No Procon - No Procon -	Na justiça - Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas						
Valor adicionado total a distribuir		em 2014: 539.596		em 2013: 647.615		
Distribuição do valor adicionado		27,92% governo; 0,95% acionistas;	55,17% empregados(as); 12,90% terceiros; 3,06% retido	30,63% governo; 5,25% acionistas;	42,71% empregados(as); 4,68% terceiros; 16,73% retido	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Terminal Pesqueiro de Laguna (SC).

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:**

**Base de preparação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

**Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

**Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**Instrumentos financeiros:** a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Sociedade não possuía ativos financeiros, sob essa classificação, registrados nas demonstrações contábeis.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

**Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

**Contas a receber:** Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

**Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

**Estoques:** materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

**Despesas antecipadas:** Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

**Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 12. Foram aplicados testes em ativos imobilizados específicos, os quais não indicaram a necessidade de qualquer reconhecimento de Impairment.

**Empréstimos e financiamentos:** reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 17.

**Férias:** As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

**Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

**Arrendamentos Operacionais:** A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

**Provisões para contingências:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 18.

**Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido**

**Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

**Impostos diferidos:** São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 32.1.

**Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

**Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e civeis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

**Demonstração do valor adicionado:** tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação complementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

**CPC 33 - Benefícios a empregados:** A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controvérsia existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2014	2013
<b>a) Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e saldo em bancos	16.731	12.800
Aplicações financeiras	41.165	245.058
Total	<u>57.896</u>	<u>257.858</u>

**b) Natureza das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

	2014	2013	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	21.935	174.772	97,49% do CDI
Fundo de Renda fixa - CEF	8.454	60.186	96,35% do CDI
NTN-B	10.657	9.991	IPCA + 6% a.a
NTN-P	119	109	TR + 6% a.a
Total	<u>41.165</u>	<u>245.058</u>	

**6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA**

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 22 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2014.

Os valores encaminhados estão aplicados no mercado financeiro e são utilizados estritamente, para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

No decorrer do ano de 2014 a empresa liquidou obrigações contratuais no montante de R\$ 33.971 com recursos oriundos das suas atividades operacionais, e que deveriam ter sido encaminhados pelo Tesouro Nacional através do Sistema de Administração Financeira - SIAFI, conforme as ações previstas nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC. Dessa forma a empresa, em 31/12/2014, é credora da importância acima e os valores após o encaminhamento dos recursos serão transferidos para as disponibilidades financeiras sem nenhuma vinculação ou restrição para sua utilização.

**7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

	2014	2013
Valores a receber de serviços prestados	1.148.335	1.018.293
(-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa	(359.986)	(322.125)
Total	788.349	696.168
Curto prazo	34.275	39.118
Longo prazo	754.074	657.050

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 94% do valor do contas a receber (92% em 2013), sendo que a constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário foi constituída para cobrir eventual decisão desfavorável na demanda judicial em curso.

A decisão em primeiro grau foi integralmente favorável a esta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.

**8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2014	2013
Saldo negativo de IRPJ	7.331	11.982
Saldo negativo de CSLL	1.776	3.782
Outros créditos tributários	246	242
Total	<u>9.353</u>	<u>16.006</u>

**9. VALORES A RECEBER DA UNIÃO**

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

**10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO**

Os bens destinados à alienação são itens do baixados do ativo imobilizado e estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

**12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO**

	2014	2013	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em geral	3.494	3.486	10,0
Veículos	341	362	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	9.582	10.078	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.226	1.406	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	216	231	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	9.334	12.075	20,0
Edifícios	35.626	36.834	2,0
Instalações	164.188	166.012	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	129.427	136.496	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	24.695	25.707	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	42.594	42.594	-
Outras construções	581.619	429.043	1,43 a 6,67
Terrenos	4.424	4.424	-
Obras em andamento	399.901	278.843	-
Bens móveis industriais	10.842	12.185	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	43.333	46.592	3,33 a 10,0
<b>Total</b>	<b>1.460.842</b>	<b>1.206.368</b>	

**13. INTANGÍVEL**

O valor de R\$ 6.644 (R\$ 2.429 em 2013) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

**14. SEGUROS**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-14 a 01-05-15.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2014	2013
Riscos operacionais	421.725	412.297
Automóveis	11.400	11.600
Responsabilidade civil	30.500	30.500

**15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS**

	2014	2013
Salários a pagar	10.044	9.635
Provisão de férias	31.605	32.562
Encargos sociais	7.439	7.128
Outros	1.584	9.781
<b>Total</b>	<b>50.672</b>	<b>59.106</b>

**16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2014	2013
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	32	74
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	3.107	3.947
Retenção para seguridade social - INSS	720	856
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.814	8.155
Programa de integração social - PIS	935	987
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	4.308	4.547
Imposto sobre serviços - ISS	1.070	1.052
Outros	-	274
<b>Total - Curto prazo</b>	<b>17.986</b>	<b>19.892</b>

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda estrangeira	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2014	2013
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>lene</b>		
Financiamento de imobilizado	Var. Cambial+3,25%	4.384	6.605
Curto prazo		2.212	2.242
Longo prazo		2.172	4.363

Contrato de Financiamento, com aval do Governo Brasileiro, assinado com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

**18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS**

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2014	2013
Provisão cível (i)	150.429	122.743
Provisão trabalhista (ii)	166.684	184.406
Provisão Tributária	11.409	-
<b>Total</b>	<b>328.522</b>	<b>307.149</b>
Curto prazo	118.249	-
Longo prazo	210.273	307.149

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2014, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 264.427 (R\$ 254.259 em 2013) e para processos cíveis R\$ 51.106 (R\$ 22.014 em 2013).

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

**19. PLANO DE PENSÃO**

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.915.761 (R\$ 1.715.854 em 2013), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2014, foram no montante de R\$ 15.258 (R\$ 14.748 em 2013).

**20. ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA - ATP**

O Adicional de Tarifa Portuária, extinto em 02/10/1996, foi uma taxa instituída para gerar recursos ao reaparelhamento, reforma e expansão de instalações portuárias e na sua vigência recolhido semanalmente a extinta empresa PORTOBRÁS. Em 2014, a CODESP recolheu ao Tesouro Nacional a importância de R\$ 51.365, com atualização monetária, correspondente aos valores arrecadados relativo ao encerramento de processo judicial com a Usiminas. O saldo remanescente é objeto de análise, para capitalização, pela Advocacia Geral da União.

**21. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS**

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- Sítio de Retro Área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

Em 31/12/2014, o valor a ser ressarcido está demonstrado no quadro abaixo:

Arrendatário	Contrato nº	Desembolso até	Valor - R\$	Índice
Brasil Term. Portuário S/A	DP/024.2001	30/01/2027	139.040	IGP-M
Ecoporto Santos S/A	PRES/028.98	30/06/2023	13.703	TJLP
<b>Total</b>			<b>152.743</b>	
Curto Prazo			16.343	
Longo Prazo			136.400	

**22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL**

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98. Em 2014, o saldo de 31/12/2013 foi reclassificado do patrimônio líquido para o passivo não circulante em razão de interpretação mais restritiva ao disposto no CPC 39.

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	112.466	158.794
Aumento de capital no exercício	(21.480)	(158.746)
Créditos da UNIÃO no exercício	60.649	98.948
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	16.444	13.470
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>168.079</b>	<b>112.466</b>

**23. RECEITA DIFERIDA**

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 24.069 (R\$ R\$ 25.154 em 2013), conforme composição abaixo:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	440.616	461.967
Receita diferida no exercício	3.195	3.804
Apropriação à receita no exercício	(24.069)	(25.154)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>419.742</b>	<b>440.617</b>

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**24.1 Capital Social Realizado**

O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é representado por 130.803.254.311 ações ordinárias e 130.803.254.306 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 30/05/2014 com homologação na AGE de 24/10/2014.

**24.2 Reservas de Lucros**

Será proposto à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 16/04/2015, o aumento do capital social no montante de R\$ 199.280, referente a capitalização dos lucros retidos nos exercícios de 2012 e 2013 e objeto da execução do orçamento de capital no exercício de 2014.

a) **Reserva Legal:**

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações apresenta saldo de R\$ 28.306 (R\$ 27.223 em 2013);

b) **Reserva de Retenção de Lucros:**

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76. Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está prevista a retenção de lucros, no montante de R\$ 15.434 fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse valor acrescido ao saldo remanescente da retenção de lucros efetuada em exercícios anteriores totaliza a importância de R\$ 50.892, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2015 a 2018, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16/04/2015.

**24.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.145 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária a ser realizada em 16/04/2015, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	21.662	142.316
Reserva legal (5%)	(1.083)	(7.116)
Ajustes ao lucro líquido	-	5
Lucro base para cálculo do dividendo	20.579	135.205
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.145	33.801
Juros sobre capital próprio propostos	5.145	34.000

**25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2014	2013
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	299.490	310.223
- Utilização da infraestrutura terrestre	74.633	74.294
- Fornecimento de energia	24.628	26.262
- Outras receitas	10.418	13.321
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e aluguel	428.271	430.163
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(11.519)	(11.817)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.433)	(4.725)
- Programa de integração social - PIS	(13.813)	(14.084)
- Contribuição para financ. seguridade social - COFINS	(63.624)	(64.872)
<b>Total</b>	<b>744.051</b>	<b>758.765</b>

**26. CUSTOS OPERACIONAIS**

	2014	2013
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	157.225	145.814
Encargos sociais	50.926	43.401
Serviços de terceiros	152.758	79.476
Depreciação	33.712	28.575
Aluguéis	3.247	3.030
Utilidades, serviços e materiais	10.639	26.013
<b>Total</b>	<b>408.507</b>	<b>326.309</b>

**27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

	2014	2013
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	95.109	87.833
Encargos sociais	18.829	17.751
Serviços de Terceiros	15.508	11.178
Aluguéis	7.870	6.219
Utilidades e serviços, materiais	13.379	6.279
Outras despesas	16.576	14.332
<b>Total</b>	<b>167.271</b>	<b>143.592</b>

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

	2014	2013
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros e variação monetária	6.079	6.640
Rendimentos de aplicações financeiras	27.917	26.904
Outras	636	823
<b>Subtotal</b>	<b>34.632</b>	<b>34.367</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variação monetária e cambial	(15.515)	(17.940)
Juros pagos ou incorridos	(42.953)	(3.098)
	(58.468)	(21.038)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>(23.836)</b>	<b>13.329</b>

**29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2014	2013
Reversão de provisões	19.552	31.779
Venda de ativo imobilizado e sucata	603	124
Recuperação do fundo de pensão dos empregados	10.651	-
Diversas	394	2.597
<b>Total</b>	<b>31.200</b>	<b>34.500</b>

**30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2014	2013
Plano de pensão - insuficiência atuarial	4.711	7.197
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	77.550	48.993
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.557	62.473
Outras	2.647	3.724
<b>Total</b>	<b>136.465</b>	<b>122.387</b>

**31. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO - PLR**

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Não houve participação nos lucros em 2014, em função das metas atingidas serem inferiores a 80% da proposta constante do programa encaminhado e aprovado pelo DEST.

**32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**32.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais. Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2014	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.191	

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**ANGELINO CAPUTO E OLIVEIRA**  
Diretor Presidente

**ALENCAR S. DA COSTA**  
Diretor de Administração e Finanças

**LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO**  
Diretor de Planejamento Estratégico e Controle

**JOSE MANOEL GATTO DOS SANTOS**  
Diretor de Desenvolvimento Comercial

**PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE**  
Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras

**EUGÊNIO CARVALHO**  
Superintendente Financeiro

**MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO**  
Gerente de Contabilidade  
CRC 1SP135973/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Administradores e Acionistas da**  
**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Santos – SP**

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA**

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP,

conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.915.761.137,00, valor esse não reconhecido pela Companhia, motivo pelo qual a questão está judicializada. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2014, foram no montante de R\$ 15.258.343,36.

Considerando os fatos anteriormente expostos, os quais estão divulgados na nota explicativa 19, face às incertezas do quantum a ser reconhecido relativo ao déficit do PORTUS, o mesmo não está adequadamente reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia, não atendendo assim o requerido pela NBC TG 33 - Benefícios a Empregados.

**OPINIÃO COM RESSALVA**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, exceto pelos efeitos do assunto tratado no parágrafo de "Base para Opinião com Ressalva", apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**OUTROS ASSUNTOS**

**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013, foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 28 de fevereiro de 2014, foi emitido com ressalva idêntica a aqui apresentada quanto a participação no PORTUS, e, "Em virtude da troca do sistema, no final do exercício encerrado em 31/12/2013, não foi possível obter informações suficientes para analisar os processos de compras, havendo limitação de escopo. Por esse motivo, deixamos de opinar sobre esse tema, E ênfase quanto aos bens do Ativo Imobilizado registrados, em "Benefitorias em Imóveis de Terceiros".

Santos-SP, 27 de fevereiro de 2015.

**MACIEL Auditores S/S**  
2CRC/RS 005460/O-0 "S" SP

**Roger Maciel de Oliveira**  
1CRC RS 71.505/O-3 "S" SP  
Responsável Técnico

**Rosângela Pereira Peixoto**  
1CRC RS 65.932/O-7 "S" SP  
Responsável Técnica

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembléia Geral dos Acionistas.

Santos, 10 de março de 2015.

Guilherme Penin Santos de Lima  
**PRESIDENTE DO CONSELHO**

Noel Dorival Giacomitti  
**CONSELHEIRO**

Julio Alvarez Boada  
**CONSELHEIRO**

João de Andrade Marques  
**CONSELHEIRO**

Angelino Caputo e Oliveira  
**CONSELHEIRO**

Egéferson dos Santos Craveiro  
**CONSELHEIRO**

Marcio Luiz Bernardes Calves  
**CONSELHEIRO**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

1. As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2014.

2. Destinação do resultado do exercício de 2014, no montante de **R\$ 21.661.556,90** (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) conforme a seguir:

✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 5.145.000,00** (cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil reais);

✓ constituição de reservas, abaixo mencionadas, no total de **R\$ 16.516.556,90** (dezesseis milhões, quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), proveniente do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos:

▪ **Reserva Legal** a importância de **R\$ 1.083.077,85** (um milhão, oitenta e três mil, setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos); e,

▪ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 15.433.479,05** (quinze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinco centavos) para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2015 a 2018.

**Destinação do resultado de 2014:**

<b>Lucro líquido do exercício</b>	21.661.556,90
(-) Reserva Legal	(1.083.077,85)
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(5.145.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(15.433.479,05)
<b>Lucros Acumulados</b>	-

3. Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.147.794.239,65** (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para **R\$ 1.347.073.977,60** (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, setenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 199.279.737,95** (cento e noventa e nove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2014.

4. Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2015 a 2018, com valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais).

5. Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 35.458.769,18** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2013, para atender e suplementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2015 a 2018.

Santos, 10 de março de 2015.

Guilherme Penin Santos de Lima  
**PRESIDENTE DO CONSELHO**

Noel Dorival Giacomitti  
**CONSELHEIRO**

Julio Alvarez Boada  
**CONSELHEIRO**

João de Andrade Marques  
**CONSELHEIRO**

Angelino Caputo e Oliveira  
**CONSELHEIRO**

Egéferson dos Santos Craveiro  
**CONSELHEIRO**

Marcio Luiz Bernardes Calves  
**CONSELHEIRO**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – MACIEL AUDITORES, de 27.02.2015, cujo ponto ressaltado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 19. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas a discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:

1 Destinação do resultado do exercício de 2014, no montante de **R\$ 21.661.556,90** (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) conforme a seguir:

✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 5.145.000,00** (cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil reais);

✓ constituição de reservas, abaixo mencionadas, no total de **R\$ 16.516.556,90** (dezesseis milhões, quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), proveniente do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos:

▪ **Reserva Legal:** a importância de **R\$ 1.083.077,85** (um milhão, oitenta e três mil, setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos); e,

▪ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 15.433.479,05** (quinze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinco centavos) para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2015 a 2018.

**Destinação do resultado de 2014:**

<b>Lucro líquido do exercício</b>	21.661.556,90
(-) Reserva Legal	(1.083.077,85)
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(5.145.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(15.433.479,05)
<b>Lucros Acumulados</b>	-

2) Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.147.794.239,65** (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para **R\$ 1.347.073.977,60** (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, setenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 199.279.737,95** (cento e noventa e nove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2014.

3) Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2015 a 2018, com valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais).

4) Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 35.458.769,18** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2013, para atender e suplementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2015 a 2018.

O Conselho Fiscal ratifica as ressalvas apontadas pela Auditoria Independente e acrescenta as seguintes observações em relação ao exercício de 2014:

a) Considera a evolução da situação econômica e financeira da CODESP preocupante e entende necessária a adoção de medidas saneadoras de forma a equilibrar a saúde econômica e financeira da Companhia.

b) Ressalta, a exemplo do exercício anterior, que a não solução da pendência administrativa e judicial existente entre a CODESP e a arrendatária Libra Terminal 35 S.A. causa consideráveis impactos financeiros.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2, 3 e 4 acima mencionados à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 10 de março de 2015.

Herbert Marcuse Megeredo Leal  
**PRESIDENTE**

Valter Casimiro Silveira  
**CONSELHEIRO**

Marcello Eduardo Ratton Ferreira  
**CONSELHEIRO**

Fabiana Vieira Lima  
**CONSELHEIRA**

Martin Aron  
**CONSELHEIRO**